

Dossiê Pessoaalidade e Modos de Vida – Apresentação

Dossier Pessoaality and Modes of Life – Presentation

Manuela Blanc (Organizadora)

A organização do dossiê *Pessoaalidade e Modos de Vida* foi inspirado por reflexões que se dedicam a tomar a própria urbanidade por objeto, seja partindo de contextos empíricos de médio ou pequeno porte, seja conferindo destaque à diversidade dos modos de vida urbanos, suas nuances ou contraposições. Por outro lado, visa-se conferir centralidade ao caráter relacional com que a proximidade e o distanciamento se conjugam na pragmática das experiências cotidianas em sua diversidade, buscando o refinamento das possibilidades analíticas dos modos de conduta públicos entremeados por conexões intersubjetivas entre os atores em copresença.

Pessoaalidade, discriminação ou conhecimento mútuo, proximidade... Aqui se apreende que a predominância de uma cultura subjetiva está dada em definições de situação pautadas em um regime de familiaridade. Nessas situações, a propriedade contextualmente atribuída aos agentes se caracteriza por um engajamento cuja dinâmica depende fortemente de indícios pessoais ou locais (THÉVENOT, 2006). Familiaridade, ou proximidade intersubjetiva, portanto, no que se refere aos demais atores em co-presença, ao espaço de sociação ou a tipicidade da situação, mas, sobretudo, ao *modus operandi* do processo de sociação. A definição de tal quadro, finalmente, responde a referenciais compartilhados e colocados em movimento pelos atores em copresença e se reflete em seus agenciamentos.

Prado destaca a “*marca da pessoaalidade como um definidor do modo de vida da cidade pequena brasileira*” (1998, p. 31). Analisando a cidade de Cunha, região do Alto Vale do Paraíba, Estado de São Paulo, a autora identifica que a lógica da pessoaalidade é marcada pelo fato de a maioria das pessoas se conhecer, ou se reconhecer: saber *com quem se fala* ou *com quem se está falando*, em referência aos estudos de Roberto Da Matta (1997).

Estudos indicam, por outro lado, como tais fenômenos podem ser identificados nos bairros de grandes cidades. Em sua análise dos conflitos no interior de um bairro estigmatizado de João Pessoa, Barbosa evidencia que a “*intensa pessoaalidade, presente como proximidade física e social consideráveis, encontra na disposição arquitetônica do residencial um mecanismo de ressonância para o ver e ser visto de forma quase que ininterrupta*” (2014, p.9). Ele demonstra como a manutenção da *linba* de cada morador, em sua apropriação do conceito de manutenção da face (GOFFMAN, 1975), implica em custos sociais e emocionais, bem como em práticas de evitação realizadas mutuamente e com o objetivo de administrar tal exposição mútua e suas possíveis consequências.

Diferentes autores identificarão, direta ou indiretamente, indícios semelhantes e em diferentes contextos: os efeitos da proximidade ou do sentimento de familiaridade entre pessoas e lugares como recurso acionado coletiva, e não apenas individualmente, incidindo mais ou menos incisivamente em modos de conduta pública efetivados, suas avaliações ou justificações¹.

Em trabalhos anteriores, destacou-se como o compartilhar de um estoque de conhecimento mútuo é capaz de vincular os atores individuais em copresença a filiações amplamente reconhecidas: as famílias, ou redes de relações que integram (BLANC, 2013 a, 2013b²).

¹Destaco especialmente como Eilbaum (2012) se debruça sobre o protagonismo do lugar como constructo agregador de um imaginário coletivo ao qual são atribuídas versões e acusações a respeito da vida doméstica dos seus moradores, que seriam ainda espalhados pelo “bairro” na forma de rumores, fofocas e dizeres, incidindo sobre a atuação do Poder Judiciário na consideração de tais conflitos.

²O artigo “*De qual família você é?*” *Cidades de médio e pequeno porte e rituais de interação*, a ser publicado em coautoria com Renan Assis no livro *Moralidades em Cidades da Periferia* (Organizado por Jussara Freire, Luiz Antônio Machado da Silva, Gabriel Noel e Natália Bermudez com auxílio do edital APQ3 - Faperj) ainda se encontra

Tais dados de observação sugerem a complexidade com que tais carreiras sociais se constituem, em consonância com os escritos de Freyre (2013) quanto ao caráter possivelmente extensivo dos status das famílias patriarcais com relação aos seus apadrinhados, ao menos em caráter relativo, bem como com os indícios levantados por Da Matta (1997), quanto à possibilidade de que os *inferiores estruturais*, segundo seus termos, acionem estratégias de identificação vertical, mediatizando o uso de fórmulas autoritárias de diferenciação. Os sobrenomes de família, quando *notórios*³ ou amplamente reconhecidos, demonstram potencial em enquadrar seus membros, mas esse é apenas um referencial passível de ser acionado nesse processo, pois também diz respeito a mais do que laços de sangue.

Nos contextos observados, essas *cadeias de reputação* participam do processo de enquadramento dos atores na situação a partir de referenciais coletivamente estabelecidos, em caráter indexical, e são reajustadas durante os processos de sociação. Tal conhecimento mútuo, portanto, refere-se a um estoque de conhecimento compartilhado sobre redes de filiação, tomadas como quadros de referência e enquadramento, mais do que sobre pessoas, individualmente. O *reconhecer* potencializa o *conhecimento* mútuo, articulando pessoas a um repertório de informações sobre as redes às quais são passíveis de serem vinculadas. É, finalmente, no espaço aberto de fluxos e circulações que os efeitos do (des)conhecimento mútuo será potencialmente sentido e a notoriedade, ou o anonimato, possivelmente experimentados.

Define-se como público uma coletividade puramente espiritual, disseminada, de indivíduos fisicamente separados e cuja coesão é mental (TARDE, 1992). E os espaços públicos como as diversas *situações rotineiras e quotidianas nas quais se constituem interações regidas pelas regras da visibilidade mútua*, assim como define Freire (2005: p. 44). Com base no próprio Goffman (2010), locais públicos assim se constituem como espaços de fluxos e de encontros, de estabelecimento de relações de copresença e que são abertos e acessíveis por definição, mesmo que a sua acessibilidade possa ser objeto de contestação, sobretudo no que se refere aos seus usos e significados.

Dado que o público é constituído publicamente, que a sua composição é relativamente irrestrita e caracterizada pela amplitude de variabilidade, é razoável supor que tal arranjo se defina pelo caráter genérico dos seus membros⁴.

O caráter público de um contexto é apreendido por diferentes autores como um contexto marcado pela impessoalidade, desde as reflexões simmelianas sobre a metrópole (SIMMEL, 1979) até as análises goffmanianas sobre os comportamentos em lugares públicos (GOFFMAN, 2010), e assim aplicado em estudos mais recentes. Parte-se do princípio de desconhecimento mútuo como inferência lógica a tais definições de situação, dadas as implicações de uma noção de público como um conjunto indiscriminado de atores em co-presença para a constituição cognitiva de experiências em comum.

A figura do anônimo aparece como a representação abstrata dos atores individuais presentes em tais contextos de sociação, o membro típico-ideal dos ajuntamentos assim caracterizados: um ordinário, *um zé ninguém* (BLANC, 2013a). Esses constructos, no entanto, não definem o caráter do contexto, isto é, não é o traço genérico (ou personalizado) dos seus membros

em processo de editoração. Com foco nos modos de conduta pública observados em contextos de diferentes dimensões, este estudo comparativo por contrastes centra-se sobre rituais de interação face a face em contextos cognitivos marcados por uma alta pessoalidade.

³Cunhado em oposição à noção de anonimato, tal conceito visa dar conta de uma condição cidadina marcada pelo engajamento a um regime no qual o conhecimento mútuo é também um valor capaz de conferir uma posição diferenciada aos atores em copresença. Tal atitude se apresenta como *a quebra com a atitude blasée, é fruto do exercício de discriminação, incidindo sobre aquele que percebe, bem como sobre aquele que é percebido* (BLANC, 2013a: 14).

⁴Mesmo as definições de esfera pública – centradas na dimensão deliberativa do público - só fazem sentido a partir desta concepção, que diferencia público e privado segundo padrões de engajamento mútuo, o que pode ser observado em Hanna Arendt em termos da distinção entre “as esferas da família e da política como entidades diferentes e separadas, pelo menos desde o surgimento da antiga cidade-estado” (ARENDRT, 2000, p. 37), como em Habermas (2002), se considerada a sua preocupação quanto à colonização do mundo da vida na modernidade, fenômeno que incide sobre as formas de entendimento mútuo e, portanto, cooperação. O público como comunidade abstrata, neste sentido, pressuporia imparcialidade, um tipo de engajamento pautado em uma mutualidade genérica, caso contrário, se perde o seu potencial de mobilização. Mesmo do ponto de vista da constituição de arenas públicas como formas de engajamento mútuo, concepção interessada nos processos de constituição do público que levam em conta os processos de sociabilidade como ferramentas à constituição do sentimento de coletividade, a intersubjetividade inerente ao potencial de agenciamento coletivo (CEFAÍ et al, 2011).

que constitui o público presente ou confere ao contexto o caráter de espaço público. Desse modo, é possível aos atores se apropriarem desses espaços em função de variadas definições da situação: é propriamente isto o que confere a um contexto de interação o caráter de semipúblico, nos termos de Goffman (2010). Ao mesmo tempo, se tomada como questão de pesquisa a ordem normativa que vale para além do interior de unidades de interação, parafraseando o autor, ou seja, os quadros de referência ou modos de conduta que caracterizam comportamentos em lugares públicos, o contexto de observação, aqui analisado como um exemplar entre os possíveis, confere destaque para a complexidade com que se constituem as mais diversas condições cidadinas. Parte-se, portanto, de uma proposta que seja capaz de reconhecer a variedade de urbanismos e sua diferença interna (assim como o proposto por HANNERZ, 2015).

Parte-se do princípio, portanto, de que a proeminência da personalidade, que está dada na definição da situação, incide sobre a sua avaliação por parte dos atores, refletindo representações e modos de conduta. Sendo assim, espaços públicos de socialização podem ser definidos como contextos de intensa personalidade, porque são assim constituídos, sejam em seu esquema primário, seja a partir da tonalização que recebem⁵.

Quando esses processos se constituem como experiências compartilhadas, mais do que simples ajuntamentos entre atores individuais, estabelece-se um espaço público marcado pela personalidade como modo de conduta. A circularidade, o dinamismo ou a abertura culminam em processos de discriminação mútua, e não necessariamente impessoalidade, assim como o destacado anteriormente (BLANC, 2013b).

Mais do que situar tais adequações à apreensão do(s) contexto(s) pequeno-urbanos, percebê-la como uma adaptação à(s) múltipla(s) realidade(s) brasileira(s), ou retomar a velha dicotomia rural-urbano, propõe-se conferir destaque para a complexidade da “realidade social” e às gradações de proximidade e distância que caracterizam a diversidade de definições que o próprio conceito de espaço público pode apresentar, em termos de estoques de experiências compartilhadas ou enquadramentos da experiência social.

Não é o desconhecimento mútuo que define um espaço como público, podendo esse apresentar, portanto, modos de conduta que variam da intensa personalidade à indiscriminação absoluta, passando por experiências relativas de anonimato, assim como o destacado por Machado da Silva e Velho (1977). Fala-se aqui de uma questão de gradação, mais do que de caracterização estrita. Além disso, sugere-se que a proeminência de um quadro cognitivo ou outro é relativa ao grau de (re)conhecimento mútuo entre grupos de atores em copresença e o seu reflexo na constituição dos quadros de referência compartilhados ou de suas tonalizações.

Se inserir-se na situação em um espaço público é tornar-se visível, essa exposição pública pode inferir sobre os modos de atuação, conferindo sentido aos posicionamentos. Dessa forma, observou-se como práticas de circulação podem corresponder a um fim em si mesmo, o ver e ser visto se constituindo como a forma social a partir da qual emergem e se atualizam conteúdos comuns. A atualização dos quadros de atuação se dá através da atualização dos repertórios compartilhados de significados sobre os atores e as redes de relações às quais pertencem. Tais dados favorecem a reconstituição dos processos através dos quais os referenciais objetivos que definem tais quadros que, portanto, emergem de conteúdos intersubjetivamente produzidos, se concretizam na vida prática (BLANC, 2013b).

Cabe refletir mais intensamente sobre os efeitos de tais práticas de circulação em diferentes níveis de proximidade, bem como sobre os diferentes modos como são experimentados por diferentes atores, segundo as posições especificamente ocupadas em dada situação ou no interior de suas cadeias de reputação em construção.

Esta coletânea foi inspirada por reflexões sobre modos de conduta pública observados em contextos cognitivos marcados pela proeminência de uma cultura subjetiva. A composição desse conjunto de reflexões partiu dos interesses demonstrados pelos seus autores no desenvolvimento das suas próprias agendas de pesquisa, mais ou menos autônomas entre si. Cada um dos trabalhos que compõem este conjunto é fruto de reflexões de conhecimento mútuo. Os argumentos que os

⁵Enquanto os primeiros são definidos por Goffman (2012) como esquemas de interpretação, cuja aplicação é mais imediata e completa, em uma dada cultura, as tonalizações que recebem tratam de um conjunto de convenções que partem das atividades, transformando tais esquemas ou conferindo-lhes novos *tons*.

fundamentam foram reciprocamente questionados e debatidos, em ao menos um dos seus aspectos, pelos demais autores aqui presentes⁶.

A partir de um lócus de observação marcado por processos conflitivos e de desqualificação mútua, Raoni Barbosa (2014, p. 18) identifica como o exercício do anonimato, da privacidade e do individualismo *são suplantados pela fofoca, pelo controle social, pelo constrangimento que a alteridade impõe ao indivíduo sempre reconhecido e capturado na hierarquia do sistema de posições do bairro e do residencial* por ele analisados. Compartilhando um mesmo espaço de observação, Mauro Koury (2016) confere destaque para os efeitos do constrangimento e da vergonha no cotidiano dos moradores desses bairros populares, fronteiros da cidade de João Pessoa, Paraíba. Reconstitui, deste modo, os processos de mobilização e ruptura moral dessas comunidades de moradores, pautadas, inicialmente, na gratidão e confiança e, progressivamente, em revolta e desconfiança, conferindo destaque para a intensa pessoalidade com que se estabelecem seus laços sociais e os seus efeitos para as formas de controle social vigentes neste contexto.

Para este dossiê, os autores conjugam as forças e realizam uma análise genealógica dos processos de ocupação urbana dessa área periférica, destacando a emergência de conflitos entre gerações de moradores/grupos de ocupantes do bairro. No artigo *Dissenso e fragmentação dos códigos pessoalizados de aliança: Fofocas, Bochichos e Outras Formas Cotidianas de Controle e Administração de Tensões em um bairro popular*, Koury e Barbosa destacam as formas como a gestão compartilhada do bairro se constrói temporalmente, o controle mútuo apresentando diferentes níveis e fases, desde o controle interno entre vizinhos, até as ações de interferência estatal (urbanística/policial). Experimentando uma inserção urbana marcada pela vergonha e constrangimento, bem como pela segregação moral, os moradores se dividem, assim, em disputas pelo renome do bairro como empreendimento moral e coletivo, problema público compartilhado como estratégia de inserção do bairro na cidade. Neste processo, disputam entre si suas próprias reputações, se acusando mutuamente como forma de eximir-se individualmente dos males vivenciados coletivamente.

Em sua tese de doutorado, recém defendida, Renan Assis (2016) analisa com o aparato de um extenso trabalho etnográfico, que contou ainda com uma criteriosa pesquisa documental e de conteúdo midiático, os processos sócios históricos de desqualificação moral dos moradores de Guarus, o maior distrito da cidade de Campos dos Goytacazes, na região Norte do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Em *“Morador de Guarus”: categorias morais mobilizadas em situações de copresença na cidade de Campos dos Goytacazes*, o autor analisa a cartografia moral desta área segregada, remontando os processos de acusação mútua direcionados progressivamente às sucessões de populações que habitam a região. Demonstra, deste modo, como o desconhecimento mútuo ou falta de familiaridade entre grupos de migrantes em direção a esta área da cidade, bem como a não assimilação destes novos fluxos de moradores pela cidade mais ampla, incide sobre a sua desqualificação moral, tornando-os inimigos internos, segregados geograficamente e moralmente. Se o habitar uma área da cidade enquadra estes cidadãos, dotando-os potencialmente de símbolos de estigma, do ponto de vista externo, a inventividade do autor o permite atentar, também, para a produção interna de símbolos de prestígio, posição esta construída através do conhecimento mútuo e estratégias coletivas de classificação moral que os enquadram entre si, em seus cotidianos compartilhados.

Em *Do 'atraso' e do 'desenvolvimento' como elementos do dilema da 'sociabilidade fechada' de Campos dos Goytacazes (RJ)*, Hernan Mamani aciona todo o seu conhecimento acumulado em pesquisas e orientações em torno da configuração socioeconômica da região Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro em um diagnóstico das representações locais sobre o “atraso” e o “desenvolvimento” da cidade de Campos dos Goytacazes. O autor descreve e interpreta “a gramática do atraso e do desenvolvimento mobilizada tanto pela imprensa, quanto por ‘nativos’ e ‘estrangeiros’, para explicar a decadência econômica e social da cidade fluminense de Campos dos Goytacazes”. Audaciosamente, o autor propõe uma análise capaz extrapolar o lugar comum na avaliação do desenvolvimento regional, conferindo destaque para a centralidade da sociabilidade urbana cotidiana observada na cidade, e em comparação com outros contextos, conferindo

⁶Encontros estes mediados, sobretudo, pelo *Grupo de Trabalho Moralidades em Cidades da Periferia*, coordenado por Jussara Freire, Gabriel Noel, Luiz Antônio Machado da Silva e Nathalia Bermudez e ocorrido no Congresso Argentino de Antropologia Social, em 2012, na Reunião de Antropologia do Mercosul, em 2013, Córdoba, Argentina e no XI Congresso Argentino de Antropologia Social, 2014, Rosário, Argentina.

destaque para o seu caráter fechado com que se constitui, marcada pela indiferença aos estrangeiros e pela autodepreciação. Centra-se, desse modo, no dilema moral identificado entre a ambição por desenvolvimento e o cultivo de uma sociabilidade restrita a pequenos círculos, evidenciando as contradições de uma busca por uma modernização econômica que não abre mão da preservação da estrutura social local, bem como pelo estabelecimento e manutenção de laços de confiança restritos aos laços de proximidade.

Entre os estudiosos que tomam o contexto da cidade de Campos dos Goytacazes como espaço de observação se somam Jussara Freire e Ailton Gualande Junior. Em *Tensões e conflitos em filas do transporte coletivo em Campos dos Goytacazes*, os autores se debruçam sobre os conflitos vivenciados em filas de ônibus. Como em um contraste, os autores nos permitem conectar as demais reflexões aqui presentes conferindo destaque para um contexto marcado por uma ordem complexa e por lógicas de diferenciação entre usuários do serviço público. Ordem esta que é impessoal e cujos conflitos são marcados pelo acionamento de uma gramática mercantil. Ao ressaltarem a vulnerabilidade da experiência cidadina em situação de desconhecimento mútuo e as competências desenvolvidas por diferentes atores, com diferentes direitos, em função do acesso aos serviços de transporte público, os autores apontam para uma evitação política no que tange às tematizações do transporte urbano nesta cidade. Em tais situações, os momentos críticos são superados por ajustamentos e negociações entre os atores presentes nas situações de conflito e indignação, com acusações direcionadas mutuamente entre usuários, fiscais e funcionários das empresas de ônibus, apontando para um *distanciamento dos usuários da arena de problematização do transporte de Campos*, em suas palavras, ou para a ausência de um potencial de publicização das demandas dos usuários dos serviços de transporte público na cidade.

Remontando uma densa bibliografia e, sobretudo, os esforços assumidos coletivamente pelos membros do Núcleo de Estudos Urbanos (IDAES-UNSAM/CONICET), em *Las Ciudades Invisibles. Algunas Lecciones Teóricas y Metodológicas surgidas del Abordaje de Aglomeraciones Medianas y Pequeñas en el Límite de un Hinterland Metropolitano*, Gabriel Noel traça todo um programa de investigação. Se contrapondo à velha oposição entre “rural” e “urbano” e denunciando as distorções que tais propostas dualistas produzem, o autor propõe o estabelecimento de um marco teórico metodológico capaz de dar conta da análise das aglomerações médias e pequenas dos diversos processos de incorporação nos quais estão envolvidos com relação às *suas metrópoles*. Partindo dos resultados obtidos em pesquisas realizadas em localidades da costa meridional do Rio da Prata, o autor confere destaque para a complexidade com que se constituem as relações entre estas pequenas e médias cidades e a sua metrópole de maior proximidade e influência. Estas “aglomerações anômalas”, segundo os seus termos, inspiram justamente por colocarem em questão os paradigmas até então vigentes, seja em termos classificatórios ou analíticos, motivando todo um exercício de redefinição dos próprios pressupostos teórico-metodológicos, aqui exaustivamente contrapostos pelo autor.

Finalmente, encerramos esse conjunto de textos com uma das mais recentes reflexões de sua organizadora: em *“Para além das suas fronteiras”: a personalidade e seus efeitos a partir de trajetórias pequeno-urbanas* são analisados os efeitos de um regime de discriminação mútua para a construção de carreiras morais e os seus impactos sobre trajetórias individuais. Remontando os esforços de pesquisa que têm como cenário os modos de conduta públicos observáveis entre habitantes de um pequeno aglomerado urbano, objetiva-se analisar os processos e sentidos em torno das práticas de circulação intermunicipal observadas. Alguns interlocutores informais de pesquisa são acompanhados, através das fronteiras da sua realidade cotidiana, em um exercício analítico que remonta seus fluxos e redes de relações, cruzando aspectos significativos das carreiras morais que construíram como membros de diferentes cadeias de reputação e as experiências vividas a partir dos descaminhos de suas trajetórias individuais.

Este dossiê se apresenta, finalmente, como um convite ao diálogo e à reflexão conjunta, assumindo, humildemente, a honra em disponibilizar estes textos com a certeza de que se apresentam como contribuições grandiosas por si mesmas e de que compõem uma bela obra em seu conjunto, graças às contribuições de seus generosos autores.

Bibliografia

ARENDDT, Hanna. *A condição humana*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

ASSIS, Renan. *Morador do lado de lá e morador do lado de cá: categorias morais presentes na interação entre*

- moradores do bairro de Custodópolis e moradores dos bairros situados na margem direita do Rio Paraíba do Sul, na cidade de Campos dos Goytacazes - RJ. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2016.
- BARBOSA, Raoni Borges Insulto Moral e Quebra de Confiança em Relações de Intensa Pessoaalidade. In: *Anais do 38º Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, 2014. Disponível em: correio.uvv.br/owa/auth.owa, acessado em outubro de 2015.
- BLANC, Manuela. *A sociabilidade e o lazer erótico como forma social nos contextos urbanos das cidades do Rio de Janeiro e Paris*. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2013a.
- BLANC, Manuela. Aonde ninguém é Zé Ninguém: a experiência cidadina na pequena cidade, a notoriedade compartilhada e suas as repercussões sobre um modo de vida "urbano". *Anais do 37º Encontro Anual da ANPOCS*, 2013b.
- CEFAÏ, Daniel; Berocan, Felipe Veiga e Fábio Reis Mota (Orgs). Apresentação. In: Daniel; Berocan Cefai; Felipe Veiga e Fábio Reis Mota (Orgs). *Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa*. Niterói, Rio de Janeiro: EDUFF, 2011
- DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua*. 5º edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- EILBAUM, Lucía. "O Bairro Fala": conflitos, moralidades e justiça no conurbano bonaerense. São Paulo, Hucitec/Anpocs, 2012.
- FREIRE, Jussara. *Sensos do Justo e problemas públicos em Nova Iguaçu*. Tese. (Doutorado em Sociologia). Rio de Janeiro: Instituto Universitário do Rio de Janeiro (IUPERJ), 2005.
- GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, Vozes, 1975.
- GOFFMAN, E. *Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- HABERMAS, J. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo. Ed. Martins Fontes. 2002.
- KOURY, Mauro. *Quebra de Confiança e Conflito entre iguais: Cultura Emotiva e Moralidade em um bairro popular*. Caderno do GREM n. 9. Recife: Ed. Bagaço; João Pessoa: Edições do GREM, 2016.
- MACHADO DA SILVA, L. A. e VELHO, Gilberto. Organização social do meio urbano. *Anuário Antropológico* 76. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977.
- PRADO, Rosane M. Cidade Pequena: paraíso e inferno da personalidade. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, (4): 31-56, 1998.
- SIMMEL, George A metrópole e a vida mental. In: Otávio Guilherme Velho (Org.). *O fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- TARDE, Gabriel. *A opinião e as massas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- THÉVENOT, Laurent. *L'Action au pluriel. Sociologie des régimes d'engagement*. Paris: Éditions la Découverte, 2006.

